



PROCEDIMENTO 2500000440_ST_04EUL2025

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1.º - Objeto de contratação

1. O presente procedimento tem por objeto a Prestação de Serviços de Saúde e Segurança no Trabalho.
2. A presente prestação de serviços engloba os trabalhadores dos Serviços Centrais da ULisboa (SCULisboa), dos Serviços de Ação Social da ULisboa (SASULisboa) e das seguintes 17 Unidades Orgânicas ou Escolas aderentes da ULisboa: Faculdade de Arquitetura (FA), Faculdade de Belas Artes (FBA), Faculdade de Ciências (FC), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Farmácia (FF), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Medicina Dentária (FMD), Faculdade de Medicina Veterinária (FMV), Faculdade de Motricidade Humana (FMH), Faculdade de Psicologia (FP), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Instituto de Educação (IE), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Instituto Superior de Agronomia (ISA), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).
3. A presente contratação justifica-se pela necessidade de dar cumprimento à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações, introduzidas pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto e pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, que regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, estabelecendo a obrigatoriedade dos empregadores organizarem as atividades de Segurança e Saúde/Medicina no Trabalho, cabendo ao empregador assegurar o cumprimento legal em vigor.
4. O presente procedimento corresponde ao código 85147000-1 - Serviços de Medicina do Trabalho do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante do atual procedimento é a Universidade de Lisboa - Serviços Centrais, sita na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, telefone +351 210 113 400, endereço de correio eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e outros contactos disponíveis no endereço <https://www.ulisboa.pt/info/contactos>.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Reitor da ULisboa no uso de competência própria.

Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público com publicação no JOUE, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do mesmo código.

Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, os órgãos competentes para a Decisão de Contratar, delegaram no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos e os respetivos anexos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.

CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e Habilitação

Artigo 7.º - Interessados

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstre que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no art.º 55.º - A.

Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes

1. As entidades que integrarem um agrupamento concorrente devem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura eletrónica dos documentos da proposta e a receção de notificações e comunicações, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.
2. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante e, em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 9.º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
 - b) Declaração com a indicação do Diretor Clínico, com identificação da cédula profissional;
 - c) Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
 - d) Comprovativo da inscrição no RCBE;
 - e) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:
 - Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;
 - Certificado do Registo Criminal da empresa;
 - f) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º:
 - Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;
 - g) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55:
 - Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
 - h) Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 11.º - Documentos da proposta

Conforme disposto no art.º 57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos do n.º 6 do art.º 57º do CCP com as alterações promovidas pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e demais retificações, que deverá ser devidamente assinado, com recurso a assinatura digital qualificada, pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, digitalizado e enviado num ficheiro, com a designação, por exemplo, Anexo_DEUCP.pdf.

2. Declaração sob compromisso de honra em como a empresa cumpre o estatuído no artigo 419.º-A do CCP, conforme modelo apresentado em anexo.
3. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - a) Proposta de preço, elaborada, sob pena de exclusão, em conformidade com os Anexos I e II.
4. Os preços constantes da proposta devem ser apresentados em euros e com o máximo de 2 (duas) casas decimais, indicados em algarismos e por extenso, e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de publicação em DRE e do JOUE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

Artigo 15.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 17.º - Critério de Adjudicação

1. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
2. Para a determinação do preço como único aspeto de execução do contrato a celebrar será efetuada a soma dos preços apresentados para os seguintes parâmetros:
 - Consulta periódica com rastreio visual;
 - Eletrocardiograma com relatório;
 - Análises clínicas.O valor determinado pela soma acima referida será o preço unitário final da proposta.
3. Em caso de empate, será adjudicada a proposta selecionada através da sequência seguinte:
 - 1º Preço da consulta periódica com rastreio visual (preço mais baixo);
 - 2º Preço do Eletrocardiograma com relatório (preço mais baixo);
 - 3º Preço das análises clínicas (preço mais baixo);
 - 4º Preço da consulta ocasional (preço mais baixo);
 - 5.º Sorteio, realizado na presença dos representantes dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate, bem como dos elementos do júri efetivos, do qual será lavrada ata respetiva.

Artigo 18.º - Modelo de Avaliação da Proposta

Não aplicável atendendo ao critério de adjudicação.

Artigo 19.º - Prestação da Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução.

CAPÍTULO III - Disposições finais

Artigo 20.º - Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

Artigo 21.º - Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 22.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.